

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964

*Anderson José Guisolphi**

A presente pesquisa ocupa-se em investigar a manifestação católica conhecida em 1964 como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, até então uma das maiores manifestações públicas da história política.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade tornou-se notável em um momento de grande tensão, pois diversos setores da sociedade se manifestavam. Enquanto os movimentos sociais se aproximavam do presidente da República e suas ações em favor das reformas de base, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, liderada por autoridades civis e religiosas, defendiam a tradição familiar e a propriedade privada.

Os manifestantes católicos saíram às ruas em repúdio ao governo nacionalista de João Goulart, que, segundo acreditavam, possuía um viés comunizante e caminhava para a destruição dos valores religiosos, patrióticos e morais da sociedade. Tal evento legitimou uma espécie de pedido às Forças Armadas por uma intervenção salvadora das instituições e, posteriormente ao golpe, passaram por uma ressignificação de seu discurso, transformando-se numa demonstração de legitimação do golpe militar.

Ainda existem lacunas não respondidas acerca da Marcha, ou pelo menos não foram abordadas claramente na historiografia. Quem os patrocinou? Que interesses estavam em evidência ou subjacentes aos grupos que apoiaram a Marcha? É possível estabelecer relações da Marcha de 1964 no Brasil com a posição do catolicismo frente às ditaduras militares na América Latina? Por que a CNBB inicialmente apoiou os militares e, alguns anos depois, mudou de opinião? Buscando metodologias diferenciadas para tal abordagem, esses e outros questionamentos podem

dimensionar o campo da História Social, procurando revitalizar a pesquisa histórica voltada para a História política.

O anticomunismo

Segunda Guerra Mundial pode ser considerada o fator que desencadeou os conflitos ideológicos antagônicos no Brasil. Ao seu término disputavam espaço no cenário mundial as ideologias capitalista e socialista. No país, o capitalismo tardio estava sustentado pelo Estado ou por organizações transnacionais (DREIFUSS, 1981, p.66). Era necessário garantir a continuidade do desenvolvimento do modelo econômico e, para tal, foram organizadas várias agências e agentes utilizados pelos interesses multinacionais e associados, assim como a formação de novos sujeitos políticos que garantissem o combate à proliferação de ideias socialistas, consideradas perigosas ao modelo vigente.

Por causa das injustiças sociais, o povo despertava da submissão que levou ao enriquecimento das elites que controlavam a economia, agrupando-se em inúmeras organizações de esquerda. O presidente João Goulart havia assumido uma posição nacionalista-reformista. Nos primeiros meses de 1964 ele procurou mobilizar as massas para a implementação, ainda naquele ano, das chamadas reformas de base - agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral -, bloqueadas pelo Congresso, e para a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, assim como a elegibilidade para todos os eleitores (SKIDMORE, 1998, p.215).

O principal meio utilizado para evidenciar o caráter socialista das ações do presidente João Goulart foi a televisão. Ela havia se tornado o meio de comunicação das massas e, portanto, um instrumento eficaz para atribuir uma imagem subversiva, antipatriótica do presidente e suas ações em favor das reformas.

A grande ofensiva do poder econômico contra o governo Goulart começou com o uso da imprensa. “[...] Houve um processo de demonização em que se acusou o governo até de ofender a Vir-

gem Maria: as figuras do governador Ademar de Barros e da deputada Conceição da Costa Neves rezando o terço em defesa da Virgem são tópicos característicos (e atualmente um tanto surrealistas) dessa campanha” (CHIAVENATTO, 1994, p.29).

Embora com o auxílio de um instrumento eficaz para a doutrinação das massas como a televisão, a elite conservadora utilizou-se de outros meios de propaganda de seus interesses como o rádio, a guerra psicológica através de cartuns e filmes, revistas e jornais (DREIFUSS, 1981, p. 257). Havia a necessidade de uma articulação desse grupo conservador, que financiasse e mantivesse a continuidade da propaganda ideológica. Diretores e presidentes de associações comerciais e industriais, com o apoio da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, criaram o IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática (CHIAVENATTO, 1994, p. 32). Esse órgão tinha como função arrecadar e distribuir fundos para a forte campanha publicitária anticomunista contra o governo.

A igreja contra o presidente

Se, politicamente, de 1946 a 1964 o país viveu o período populista e desenvolvimentista em antagonismo às ideologias de esquerda, a Igreja Católica também não estava em uniformidade de pensamento. Parte do clero se preocupava com a situação precária do povo e, principalmente através da organização dos jovens, procurava melhorar essa situação. Assim, foram organizados grupos católicos ligados a vários setores: a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC).

O alto clero possuía seus mecanismos de controle político, mesmo que, aparentemente, fossem apenas doutrinários. O instrumento de ação política da Igreja foi a LEC, Liga Eleitoral Católica (BEOZZO, 2005, p. 43), um grupo de politização pensado pelo alto clero brasileiro, utilizado como instrumento de pressão sobre os fiéis.

O alto clero recomendava aos eleitores católicos que eles poderiam votar em qualquer partido, desde que comprometidos com a defesa das “reivindicações da Igreja”. Embora essa liberdade de escolha não fosse tão irrestrita assim, pois, ao mesmo tempo em que afirmava isso, fazia um pacto de cooperação com o governo, que garantiria o ensino religioso nas escolas públicas, assistência religiosa nas forças armadas, e a questão do casamento civil, pautado pelos princípios da Igreja.

Havia um notável desconforto, beirando a intolerância da hierarquia católica brasileira com os grupos católicos que se politizavam cada vez mais, apoiando as reformas de Goulart. Os setores mais conservadores da sociedade organizaram vários grupos que denunciavam o “progresso e subversão” em curso no Brasil. Com os mesmos fins do IBAD, D. Jaime de Barros Câmara trouxe das Filipinas, em 1963, o padre Peyton. Com grande cobertura da mídia, ele promoveu a Cruzada pelo Rosário em Família, associando em seus discursos os males do mundo e do Brasil, aos políticos ateus que queriam mudar a ordem natural das coisas.

Historiadores norte-americanos, como Jerome Levinson e Juan de Onis, demonstraram, na década de 70, que o padre Peyton não só era agente da CIA como as várias marchas, promovidas em 1964 por associações femininas católicas, foram financiadas por empresas norte-americanas e pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (CHIAVENATTO, 1994, p. 31)

De forma eficaz, a elite dominante conseguiu se articular com o catolicismo, especialmente o alto clero, para implantar suas ambições. Já haviam conseguido o apoio financeiro dos empresários e, através do IBAD manipulavam a opinião pública. Um expressivo número de católicos aderiu às ideias do Padre Peyton. Outros grupos católicos ajudaram a implementar tais ideias, como a Associação dos Antigos Alunos do Sagrado Coração de Jesus, o Grupo de Reabilitação do Rosário, os Cursilhos da Cristandade, a Opus Dei (DREIFUSS, 1981, p. 335).

Nas ruas, Plínio Corrêa de Oliveira organizava a TFP: Tradição Família e Propriedade. Essa organização também estava ligada

ao setor conservador da Igreja Católica. Fizeram procissões com orações e jaculatórias anticomunistas. Foi um ensaio para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um movimento urbano ocorrido em março de 1964 e que consistiu numa série de manifestações ou “marchas”, organizadas por setores conservadores do clero, articulados com as elites hegemônicas. Foi uma resposta ao comício do presidente Goulart em 13 de março de 1964. Congregou segmentos da classe média que temia o perigo comunista. Eram favoráveis à deposição do presidente da República.

Notas

* Graduado em História pela Unoesec – Campus Chapecó. Professor da rede pública de Ensino de Santa Catarina na Escola de Educação Básica Professora Zélia Scharf. Professor do Colégio São Francisco em Chapecó. Mestrando em História na Universidade de Passo Fundo – UPF.

Referências

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BOBBIO, Norberto; METTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5 ed. São Paulo: Editora UNB, 2004.

CHIAVENATTO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUSSEL, Henrique. **Historia liberationis: 500 anos de história da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas; CEHILA, 1992.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. **Religião e Dominação de Classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.